

Educação em tempo de pandemia

Os últimos dois anos, sem dúvidas, foram marcados por muitos obstáculos no processo de ensino-aprendizagem dentro das escolas brasileiras. Ao todo, foram 47 milhões de estudantes da educação básica atingidos pela suspensão das aulas, e no caso da rede federal, nos deparamos com uma condução desastrosa por parte do MEC, através de uma política que se restringiu a tentar impor a volta às aulas presenciais e sequer adotou as medidas necessárias para garantir as condições de ensino e aprendizagem nesse período de pandemia.

Acontece que o controle da pandemia nunca foi uma prioridade deste governo. A depender de Bolsonaro, sequer o uso de máscaras seria adotado, sem falar no atraso na campanha de vacinação, envolvendo inúmeras denúncias de desvio de dinheiro e desprezo pela vida dos brasileiros, como ficou comprovado pelas informações levantadas pela CPI, e, tudo isso, piorou e muito as condições de enfrentamento a pandemia em todo país, contribuindo decisivamente para os mais de 650 mil mortes em decorrência da Covid-19.

Por sua vez, o MEC teve como “grande ação” nesse período brigar com estudantes sobre a data do ENEM! Desde que Bolsonaro assumiu vimos passar pela pasta uma série de ministros incapazes (com currículos, no mínimo, questionáveis), e comprometidos com a redução do orçamento destinado às escolas, sem que problemas de infraestrutura básica sejam resolvidas, inclusive sobre banheiros ou água encanada, que afetam praticamente metade das escolas públicas do Brasil.

A posição de não retorno às aulas presenciais, portanto, diferente do que foi propagado pelo governo, nunca se tratou de uma recusa de professores e professoras ou da falta de interesse dos estudantes para a volta às aulas presenciais, e sim da falta de ações do próprio governo, que ainda boicotou até mesmo o acesso à internet gratuita, impondo a milhões de estudantes não conseguir sequer assistir aulas on-line.

Por sua vez, a pandemia mostrou ainda o quanto são limitadas as propostas de “*homeschooling*” (ensino domiciliar) ou mesmo da adoção da educação à distância na educação básica. Quer dizer, o período da pandemia reforçou o papel da escola como ambiente de aprendizagem, a importância dos professores e professoras, a necessidade de infraestrutura e os devidos investimentos na educação como mecanismos de garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Corte de verbas e intervenção na rede federal

Mesmo antes do início da pandemia, as ações do governo de Bolsonaro ocorreram visando contingenciar e mesmo cortar o orçamento da educação. Ainda em 2019, a resistência dentro dos Institutos se fez presente nas ruas e “Tira o mão do meu IF” virou uma palavra de ordem que ecoou de norte a sul do país.

Contrariando o discurso de prioridade na educação básica, o orçamento de 2020 já previa uma redução de 500 para 230 milhões de reais nos recursos destinados para a infraestrutura das escolas públicas, como parte dos 20 bilhões que foram cortados do orçamento da educação naquele ano.

A pandemia agravou essa situação, e nos decretos de cortes no orçamento a educação sempre ocupou lugar de destaque, tanto que no ano de 2021 a execução orçamentária foi de apenas R\$90 bilhões, quando sua previsão era de R\$145,7 bilhões. Para os a rede federal o impacto foi tremendo, a ponto do Conif emitir nota criticando os cortes e afirmando que *“Com R\$770 milhões a menos, a Rede Federal corre risco de interromper suas atividades no início do segundo semestre.”*

Durante o final do ano passado, o não pagamento das bolsas do PIBID e da RP representaram mais uma clara tentativa de inviabilizar o funcionamento dos programas e dos cursos de licenciatura, e foi graças a pressão e mobilização de estudantes e professores que os recursos foram garantidos. Com o governo Bolsonaro, não há um dia de sossego nem para bolsistas que recebem R\$400,00!

Não bastasse toda essa política de estrangulamento orçamentário, vimos de forma descarada a tentativa de intervenção nos institutos federais, com o adiamento da posse de reitores eleitos, e mesmo com a nomeação de interventores nas reitorias, rasgando os estatutos e a democracia interna dentro da rede federal. A derrota dos interventores e as nomeações dos reitores eleitos foi um marco na defesa da educação federal e contra os interesses de Bolsonaro na educação.

A proposta de “criação” de novos institutos, na verdade a divisão de campi já existentes, e a nomeação de 10 novos interventores, sem que fosse criada sequer uma nova vaga foi mais uma mostra da política bolsonarista para a educação, e a mobilização construída em cada Instituto foi fundamental para evitar esse golpe e reafirmar a autonomia institucional.

Desafios do SINASEFE em defesa da educação!

Os desafios para a defesa da educação pública na rede federal são inúmeros e, mais do que nunca, é preciso fortalecer a capacidade de diálogo e mobilização junto à categoria, estudantes e toda a sociedade nesse momento.

Em primeiro lugar precisamos refazer laços e relações nas cidades e junto aos estudantes, que durante todo esse último período estiveram distantes do ambiente escolar, e onde mantivemos um contato quase que exclusivamente virtual. Vale recordar que as últimas numerosas mobilizações que realizamos se deram nesse sentimento de unidade e de defesa da rede federal como elemento de inclusão social e de oportunidade ao acesso a uma educação pública de qualidade.

Segundo porque a retomada das aulas presenciais ocorre junto com a discussão de implementação da nova BNCC, e todas as implicações que ela possui no

andamento do currículo escolar e das mudanças para o próprio trabalho docente. Refletir o novo ensino médio com o conjunto das comunidades escolares é uma questão chave para fortalecer os Institutos.

Por fim, a luta contra Bolsonaro e pela retomada dos investimentos na educação pública não será tarefa fácil nesse próximo período. A proximidade com as eleições exigirá do conjunto do movimento sindical a centralidade em pautar qual o projeto de educação que está em jogo com a manutenção desse governo genocida e inimigo da educação pública.

É hora de retomar as mobilizações de massa para defender a educação e derrotar Bolsonaro nas ruas!

ASSINAM ESTA TESE: Ana Lady da Silva (IFAL), Anderson Xavier (IFRJ), André Luiz Nobre (IFRN), Anna Beatriz Palmeira (IFAL), Anny Barros (IFAL), Artur Barbosa (IFAL), Camila Félix (IFBA), Carla Beatriz Benassi (IFRJ), Carlos Borges (IFAL), Carmelita Osório (IFBA), Daise Moitinho (IFBA), Elaine Lima (IFAL), Fábio Murat (IFRJ), Fátima Santiago (IFBA), Fernando de Oliveira (IFRJ), Francisco Dias (IFRN), Hellen Rodrigues (IFBA), Lionel Rodrigues (IFRJ), Luiggia Girardi (IFRJ), Margarete Rodrigues (IFBA), Paulo André Ferreira (IFRJ), Rafael Monteiro de Castro (IFRJ), Renato Lôbo (IFAL), Vilma Urpia (IFBA), Yuri Buarque (IFAL).